

FEAR, SPACE AND URBAN PLANNING¹

ANNA LUDOVICI²

A produção do espaço continua a ser um tema central nos estudos relativos à relação entre dinâmicas sociais e planeamento urbano. As agendas neoliberais que determinam o “sucesso” e a competitividade das cidades contemporâneas, impõem políticas públicas de gestão e de organização dos territórios que alteram a diferentes escalas as paisagens urbanas e as formas de vivenciar o espaço público.

Nesse contexto líquido e *glocal* (Swyngedouw, 2004; Castells, 2009), as cidades continuam a desenvolver um papel determinante para delinear os novos instrumentos de leitura, descodificação, interpretação e reconstrução do espaço. A alta concentração de recursos económicos, sociais, financeiros, etc., faz com que as cidades globais atraiam um número crescente de interesses e *stakeholders* diversificados. Por um lado, é possível afirmar, portanto, uma tendência geral ao multiculturalismo e à multiethnicidade, que questiona a nossa relação com a alteridade e os sentimentos de inclusão ou de medo e repulsão que este contacto (forçado) comporta.

Por outro lado, o crescente uso das tecnologias da informação (TIC), seja a nível individual e privado, seja no que diz respeito às políticas públicas de controlo e segurança, determina novas formas de “estar nas cidades”, e condiciona as práticas diárias e os comportamentos dos seus moradores. A crescente desigualdade e as dinâmicas de exclusão socio-espacial geram, portanto, conflitos políticos e sociais que se manifestam entre o espaço virtual *da rede* e o espaço físico da rua (Queirós, Roque, Quintela, Ludovici, & Vitoriano, 2015), e que levantam questões relativas ao efetivo direito de acesso à cidade (Lefebvre, 2012) e desafiam formas inovadoras e alternativas de planeamento.

É neste âmbito de investigação que Simone Tulumello, com o livro: *Fear, Space and Urban Planning. A Critical Perspective from Southern Europe*, editado pela Springer em 2017, levanta questões significativas relativamente à ligação entre o espaço urbano, o seu planeamento e o sentimento de “medo”.

O autor questiona as formas de produção e de reprodução da “insegurança” percebida no espaço público urbano, através das narrativas realçadas pelos meios de comunicação e em particular os seus efeitos a nível político, destacando assim a dimensão espacial dentro do quadro mais complexo da geopolítica internacional. Com estes objetivos principais, são investigadas as práticas do planeamento

¹ Tulumello, S. (2017). *Fear, Space and Urban Planning. A Critical Perspective from Southern Europe*. Switzerland: UNIPA, Springer Series.

² Estudante de Doutoramento em Migrações, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL). E-mail: ludovicianna@campus.ul.pt

urbano comparando as diferentes estratégias adotadas por cidades ocidentais situadas no contexto da Europa do Sul (nomeadamente Lisboa e Palermo), consideradas como exemplo de um modelo específico, em que a reprodução das práticas neoliberais assume uma tipologia própria e peculiar.

O livro articula-se em 6 capítulos, cada um estruturado de forma autónoma, e garantindo ao leitor diferentes temas de aprofundamento. A partir do conceito de *fearscape* (paisagem do medo), são exploradas as formas através das quais o “medo” no espaço urbano é construído e reproduzido a partir da influência dos *media*, de uma desinformação sistemática e dos paradoxos da insegurança (Cap. 2). Nessa dinâmica, assume importância o papel que as lógicas políticas atribuem ao “outro” e a forma como é construído o conceito de alteridade (Cap. 3). O espaço urbano é assim avaliado na sua relação entre o medo e a insegurança (Cap. 4) e nos modos como o planeamento é influenciado por estas instâncias (Cap. 5). No último capítulo (Cap. 6), o autor imagina que uma realidade possível para a cidade do futuro seja a de uma cidade distópica na qual a economia política do medo se tornará dominante (Tulumello, 2017: xix); mas também não abdica em considerar a hipótese de uma ação planificadora capaz de enfrentar as economias políticas do medo.

O “medo” – nomeadamente de ser vítima de um crime violento dentro do espaço urbano – determina o aspeto da cidade contemporânea, a sua paisagem e a sua experiência. Mas quais são as relações entre as transformações contemporâneas do espaço e o crescente sentimento do medo no espaço urbano? É o medo uma componente inevitável da vida urbana? E se sim, de que forma o planeamento urbano responde às instâncias de segurança por um lado, e de participação e acesso democrático, por outro? Para responder a estas perguntas, o autor analisa a *fearscape* a partir da (re)produção do sentimento do medo a fim de oferecer uma abordagem crítica à análise das transformações espaciais produzidas direta ou indiretamente pelos discursos sobre e pela perceção da insegurança. A análise das estratégias espaciais e das formas narrativas através das quais este sentimento se reproduz nas práticas diárias e na planificação das *ordinary cities*, leva este trabalho além dos mais tradicionais estudos análogos relativos às *global cities* ou às cidades de conflito (Soja, 1996; Sassen, 2001). De acordo com Tulumello, são as próprias *ordinary cities* os espaços onde as estratégias de controlo e de vigilância injustificadas são normalizadas e naturalizadas, perdem o próprio conteúdo “extraordinário” e tornam-se instrumentos consuetudinários de garantia da segurança e do bem estar dos cidadãos.

A cidade, na sua vivência normal, torna-se cada vez mais central nas dinâmicas do poder. O “planeamento do medo”, através da adoção de uma “biopolítica do terror” (Debrix & Barder, 2009), constitui o manifesto das lógicas hegemónicas que de fato controlam e manipulam o acesso e o direito à cidade (Harvey, 2012; Lefebvre, 2012) e conseqüentemente o exercício completo da cidadania. O modelo político ocidental é assim analisado no seu paradoxo mais evidente: ter um nível crescente de medo em cidades que nunca foram tão seguras. Isto justifica e é justificado por um conjunto de retóricas e práticas planificadoras que, com o objetivo de garantir segurança, configuram uma política sistemática (com evidentes derivas económicas neoliberais) de diminuição progressiva da liberdade, através de um controlo cada vez mais invasivo – câmaras de vigilância, privatizações, etc. – que não apenas limita a privacidade dos cidadãos, como, também, condiciona os seus comportamentos e o seu acesso ao espaço público.

A institucionalização da insegurança cria, na verdade, uma situação de excecionalidade (Agambem, 2003) em que (i) a sub-representação de alguns grupos (ii) a limitação de ação de outros e (iii) um substancial contexto de *desdemocratização*, são justificados e implementados através da suspensão da lei “normal” a favor de uma nova ordem, justamente, a da exceção.

Ao colocar em relação a retórica do medo com a produção do espaço, nota-se como a primeira condiciona e se insere no debate aberto sobre as geografias da exclusão. A existência, nas cidades globais, da diversidade, do multiculturalismo e da reivindicação da identidade estranha dos “outros”, gera um conflito cada vez mais evidenciado pela construção e pelo reforço de fronteiras (Raffestin,

1986) não apenas e simplesmente nacionais. Se é verdade que é também a dimensão do irracional (como refere o autor) – (ou seria melhor dizendo, do emocional) – a definir a construção e a organização do nosso espaço (Epstein, 1998), as lógicas do medo, fazem, então, com que o aspeto da cidade seja moldado a partir de uma dicotomia: “nós” – os que precisamos de segurança, os que abdicamos dos nossos direitos fundadores em nome dela; e “os outros” – a ameaça. A paisagem urbana do medo acaba assim por refletir as dinâmicas da exclusão social, da segregação, do controle por parte do poder central, suportando a reprodução das relações de poder (Raffestin, 1980; Soja, 1996) e da injustiça espacial.

É nesse sentido que talvez o capítulo quarto seja o mais original do livro, ao fixar no espaço urbano uma taxonomia dos territórios do medo, nomeadamente: as áreas fisicamente delimitadas (*enclosures*); as barreiras; o espaço pós-público e as formas de controlo. Estas categorias de *fearscape* delimitam o espaço urbano, quer fisicamente, através da construção de limites de exclusão e segregação, e de impedimentos à mobilidade, quer mais subtilmente através de processos de privatização e da atuação das políticas de vigilância. A partir da recolha de dados empíricos nas cidades de Lisboa e Palermo, Tulumello destaca mais uma vez como as práticas consideradas excecionais, se estão progressivamente a tornar normais e a constituir elementos determinantes no processo de construção e reconstrução do espaço urbano. Contudo, algumas cidades da Europa do sul são caracterizadas por padrões espaciais originais e complexos (Malheiros, 2002), nos quais as lógicas segregadoras são às vezes menos institucionalizadas.

A multiescalaridade na abordagem do autor, permite de fato, no capítulo 5, evidenciar estes aspetos, aumentando o *zoom* e concentrando a atenção em dois bairros específicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Palermo. O autor consegue demonstrar, por um lado, como o medo é de facto fruto de uma reprodução complexa, decorrente de uma multiplicidade de níveis: o espacial e o das narrativas, tanto políticas, como da informação, elaboradas no quadro de uma intensificação das lógicas da insegurança.

Por outro lado, o espaço urbano, mais do que o conjunto das relações sociais em geral, assume um papel fundamental, sendo simultaneamente a dimensão na qual os atores são posicionados e o resultado das suas práticas diárias. Nesse sentido, é dentro do espaço urbano que os sentimentos do medo se reproduzem, alimentados por dinâmicas geopolíticas e pela construção de uma narrativa da alteridade: três dimensões que, interligadas, influenciam e determinam as políticas e a *praxis* do planeamento urbano.

Portanto, qual será o futuro? Duas hipóteses possíveis são contempladas no último capítulo: uma na qual a cidade continua caracterizada pela atual paisagem do medo, e onde as políticas económicas da insegurança se tornam dominantes. Uma segunda, em que algumas possíveis práticas e ações de planeamento sejam capazes de enfrentar as economias políticas do medo através: (i) de *poli-racionalidade* e da criatividade; (ii) de um contradiscurso radical e (iii) de uma marginalidade ativa.

Confirma-se, portanto, a centralidade e a importância de uma análise do espaço urbano nas dinâmicas hegemónicas e contra-hegemónicas que caracterizam a sociedade contemporânea. Uma abordagem geográfica que assume o território como ponto de partida e não apenas como cenário das atividades humanas consegue explicitar os desenhos políticos e as narrativas neoliberais mais elusivas, explicando as práticas que desenham o espaço no qual agimos, e que condicionam a nossa própria forma de pensar e re-conceitualizar a realidade.

Um espaço que nos imponha escolhas entre direitos fundamentais, que implique (nos casos mais extremos) uma moralização dos comportamentos e a justificação da limitação da democracia, é um espaço desigual, segregador e substancialmente injusto. Mas a consciência de que o espaço nunca é um produto neutro, longe de ser uma consideração desanimadora, permite-nos imaginar práticas e planeamentos alternativos, inclusivos das instâncias marginalizadas pelas lógicas dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G. (2003). *Stato di eccezione* [Exception state]. Torino: Ed. Bollati Boringhieri.
- Castells, M. (2009). The Networked City: Réseaux, espace, société. *EspacesTemps.net*
- Debrix, F., & Barder, A. D. (2009). Nothing to fear but fear: Governmentality and the biopolitical production of terror. *International Political Sociology*, 3(4), 398-413.
- Epstein, D. (1998). Afraid/not: Psychoanalytic directions for an insurgent planning history. In L. Sandercock (Ed.), *Making the invisible visible: A multicultural planning history* (pp. 209-226). Berkeley: University of California Press.
- Harvey, D. (2012). *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. London: Verso.
- Lefebvre, H. (2012ed). *O Direito à Cidade* [The right to the city]. Lisbon: Ed. Letra Livre.
- Malheiros, J. (2002). Ethni-cities: Residential patterns in Northern European and Mediterranean metropolises – Implications for policy design. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 107-134.
- Queirós M., Roque, A.R., Quintela, P., Ludovici, A., & Vitoriano, N. (2015). Born in the blogosphere, staging in the streets: crisis, austerity and urban social movements. In E. Gualini (Ed.), *Conflict in the City: Contested Urban Spaces and Local Democracy*. Berlin: Jovis
- Raffestin, C. (1986). Eléments pour une théorie de la frontière. *Diogenes*, 34(134), 3-21.
- Raffestin, C. (1980). *Pour une géographie du pouvoir* [For a geography of power]. Paris: Litec.
- Sassen, S. (2001). *The Global City: New York, London & Tokyo*. Princeton: University Press.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Blackwell.